



Procedimento n.º 484/2024

CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO

Aquisição do novo sistema de backoffice
do Diário da República



IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T +351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



ÍNDICE

Objeto	4
Contrato e prevalência	4
Obrigações do adjudicatário	5
Locais da prestação dos serviços	6
Preço base.....	7
Preço contratual.....	7
Condições de faturação e pagamento	7
Dever de confidencialidade.....	8
Certificações e auditorias	11
Formação e Sensibilização.....	11
Cessão da posição contratual e subcontratação	12
Privacidade	12
Utilização dos sistemas de informação.....	12
Patentes, licenças e marcas registadas	13
Valores éticos.....	13
Boas Práticas de Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho	13
Fiscalização da execução contratual.....	13
Penalidades.....	14
Casos fortuitos ou de força maior	15
Resolução do contrato	16
Execução da caução	17
Cessão da posição contratual e subcontratação	17
Prazo de vigência do contrato	18
Comunicações e notificações	18
Legislação e foro competente	19
Enquadramento dos Serviços.....	19
Metodologia.....	45
Calendarização	45
Garantia técnica.....	46
Aceitação dos serviços	47
Manutenção evolutiva.....	47
Requisitos mínimos da equipa do adjudicatário.....	47
Reporte de incidências	51
Acessibilidade e usabilidade.....	51



IMPrensa Nacional-Casa da Moeda, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T +351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



Princípios de governo digital	52
Anexos ao Caderno de Encargos	54



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL
T +351 217 810 700
WWW.INCM.PT
CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



PARTE I

CLÁUSULAS JURÍDICAS

Cláusula 1.^a

Objeto

1. A Imprensa Nacional - Casa da Moeda, S.A., com sede na Avenida de António José de Almeida, Edifício Casa da Moeda, em Lisboa, com o número único de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa e de pessoa coletiva 500 792 887, com o capital social de 30.000000 €, adiante designada como INCM, pretende, através do presente Concurso Público, n.º 484/2024, a celebração de um contrato para a aquisição do novo sistema de backoffice do Diário da República, CPV n.º 72212312-9 | *Serviços de desenvolvimento de software para publicações electrónicas*, de acordo com as características e especificações previstas no presente Caderno de Encargos e no respetivos Anexos I e II.
2. As especificações técnicas detalhadas dos serviços descritos no número anterior encontram-se indicadas na Parte II do presente caderno de encargos.

Cláusula 2.^a

Contrato e prevalência

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL
T +351 217 810 700
WWW.INCM.PT
CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª

Obrigações do adjudicatário

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações, em caso de adjudicação:

- a) Obrigação de prestar os serviços e fornecer os bens de acordo com o estabelecido no caderno de encargos e na proposta adjudicada;
- b) Obrigação de garantia de boa prestação de todos os serviços contratados e bens fornecidos, com a diligência e qualidade requeridas para o tipo de serviços em causa;
- c) Obrigação de recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação dos serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo;
- d) Obrigação de cumprir as regras de segurança impostas pela INCM;
- e) Assegurar o cumprimento das disposições legais em vigor, no que respeita a matéria de gestão ambiental;
- f) Cumprir o disposto no artigo 419.º-A do CCP, ex vi do n.º 13 do artigo 42.º do CCP, bem como a legislação laboral portuguesa sobre Saúde e Segurança no Trabalho e a não recorrer, a:
 - i. trabalho infantil, tal como definido pela Organização Internacional do Trabalho;
 - ii. qualquer forma de trabalho forçado, conforme consagrado na Declaração Universal dos Direitos do Homem;
 - iii. discriminação dos seus trabalhadores em função de sexo, religião, estado civil, situação familiar, idade, nacionalidade, origem étnica, deficiência, convicções políticas ou ideológicas, filiação sindical ou qualquer outro critério.



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL
T +351 217 810 700
WWW.INCM.PT
CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



- g) Cumprir a legislação ambiental portuguesa e melhorar continuamente o seu desempenho e a utilização dos recursos naturais por forma a minimizar os impactos negativos da sua atividade no meio ambiente;
- h) Caso a execução dos serviços implique o acesso às instalações por colaboradores ou subcontratados do adjudicatário, estes comprometem-se ao integral cumprimento das regras das Boas Práticas de Ambiente, Segurança e Higiene no Trabalho, conforme Anexo II.

Cláusula 4.^a

Locais da prestação dos serviços

1. Os serviços objeto do contrato são prestados quer no edifício da Casa da Moeda, sito na Av. António José de Almeida, em Lisboa, quer por via remota.
2. O regime a adotar pela equipa do adjudicatário (presencial, teletrabalho ou misto) será definido pela INCM em sede de execução do contrato.

Cláusula 5.^a

Prazos de execução dos serviços e de vigência do contrato

1. Os serviços objeto do presente procedimento são prestados pelo prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de assinatura de contrato.
2. O contrato mantém-se em vigor durante o prazo definido no número anterior, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato como as de confidencialidade.
3. A INCM pode, a todo o tempo, e com efeitos imediatos, pôr termo ao contrato, no caso de a disponibilização do Diário da República deixar de ser da sua exclusiva competência, por decisão do Governo ou através da publicação de um ato legislativo, devendo, para o efeito, comunicar a cessação ao adjudicatário, através de carta registada com aviso de receção, suportando os custos de manutenção até à data da comunicação da cessação ao adjudicatário.



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL
T +351 217 810 700
WWW.INCM.PT
CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



Cláusula 6.ª

Preço base

O preço máximo que a **INCM** se dispõe a pagar pela totalidade das prestações objeto do contrato, as quais devem incluir todos os custos a considerar para a adequada execução das mesmas, é de **€ 691.000,00** (seiscentos e noventa e um mil euros), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, decomposto da seguinte forma:

- a) Sistema de backoffice do Diário da República: Com um valor máximo de **670.000,00€** (seiscentos e setenta euros), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor;
- b) Serviços de manutenção evolutiva, em regime de bolsa de horas: Que contempla um mínimo de 540 horas com um valor máximo de **21.000,00€** (vinte e um mil euros), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor. O preço/hora será igual para todos os perfis objeto do contrato.

Cláusula 7.ª

Preço contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a INCM pagará ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. As quantidades no Caderno de Encargos são meramente indicativas e não vinculam a INCM nem constituem qualquer garantia mínima de serviços a executar ao abrigo do contrato.

Cláusula 8.ª

Condições de faturação e pagamento

1. Os pagamentos referentes ao sistema de backoffice do Diário da República serão efetuados no prazo de 60 dias (sessenta) dias a contar da data da apresentação da fatura na INCM, o que só pode ocorrer após a aceitação final expressa de cada uma das seguintes fases e de acordo com o seguinte plano de pagamentos:
 - a. Aprovação do plano final de projeto – 10% do preço;
 - b. Aprovação do caderno de especificações – 10% do preço;
 - c. Entrada em produção da versão final das funcionalidades de Consolidação e respetivas funcionalidades de suporte – 20% do preço;



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL
T +351 217 810 700
WWW.INCM.PT
CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



- d. Entrada em produção da versão final das funcionalidades de Análise Jurídica e respetivas funcionalidades de suporte – 20% do preço;
 - e. Entrada em produção das restantes funcionalidades do projeto – 40% do preço.
2. Os serviços de manutenção evolutiva são pagos com base no mapa de preços adjudicado, na proporção das horas a alocar em função das necessidades específicas a definir no decurso do contrato, e efetivamente despendidas.
3. A quantidade de horas prevista para os serviços de manutenção evolutiva tem natureza meramente indicativa das necessidades estimadas pela INCM, para o período máximo de duração do contrato, não consubstanciando qualquer obrigação de aquisição de quantidades mínimas por parte da INCM, não podendo a prestação de horas em número inferior ao estimado constituir fundamento de pedido de compensação por parte do Adjudicatário.
4. As faturas respeitantes às horas consumidas serão apresentadas apenas após o consumo das mesmas, de acordo com o definido entre as partes.
5. No caso de serem consumidas horas a mais ou a menos relativamente ao programado, a fatura refletirá apenas as horas efetivamente consumidas.
6. Os pagamentos das horas consumidas serão efetuados no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data da apresentação das faturas na INCM, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
7. O pagamento será efetuado por transferência bancária para a conta a indicar pelo adjudicatário.
8. Em caso de atraso no cumprimento das obrigações pecuniárias por parte da INCM, o adjudicatário tem direito a juros de mora sobre o montante em dívida, de acordo com a legislação em vigor.

Cláusula 9.^a

Dever de confidencialidade

1. O Adjudicatário compromete-se a garantir a confidencialidade e proteção da informação identificada como protegida, confidencial ou com outra expressão de igual significado que lhe seja revelada pela INCM, ao abrigo ou relacionado com a execução do contrato a celebrar.
2. Por informação protegida ou confidencial, adiante designada por Informação, entende-se toda a informação de qualquer natureza (*quer seja oral, escrita, eletrónica ou sob qualquer outra forma*),



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL
T +351 217 810 700
WWW.INCM.PT
CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



direta ou indiretamente relacionada com a INCM, ativos, passivos ou assuntos financeiros, disponibilizadas pela mesma ou em seu nome, juntamente com qualquer informação resultante e quaisquer análises, compilações, estudos ou outros materiais preparados pelo Adjudicatário ou em seu nome, e que contenham ou reflitam de outro modo ou sejam geradas (na sua totalidade ou em parte) a partir de tal informação.

3. O Adjudicatário deverá garantir o sigilo relativamente a toda a informação, obrigando-se a não usar, divulgar ou ceder a qualquer título a informação divulgada pela INCM para qualquer outra finalidade da aqui estipulada, salvo autorização escrita desta última.
4. O Adjudicatário obriga-se a:
 - a) Adotar todas as medidas necessárias para impedir o uso indevido da informação por qualquer pessoa que a ela tenha necessidade de ter acesso;
 - b) Assegurar os meios adequados à prevenção do extravio ou perda da informação, comunicando sempre à INCM a ocorrência de incidentes desta natureza, ainda que esta comunicação não exclua a sua responsabilidade.
5. O Adjudicatário obriga-se a restituir:
 - a) Qualquer cópia, excerto ou parte dos elementos da informação referidos no número 2 deste artigo, no prazo de 8 (oito) dias, após solicitação escrita da INCM;
 - b) Toda a informação divulgada pela INCM findo o presente acordo, após solicitação escrita deste.
6. Não obstante o descrito nos números anteriores, a informação é propriedade exclusiva da INCM ou de terceiras entidades, pessoas singulares ou coletivas que com esta mantenham relações comerciais ou outras.
7. A divulgação da informação ao Adjudicatário não lhe concede qualquer direito de propriedade intelectual, nem legitimidade para requerer proteção sobre quaisquer direitos ou licença sobre qualquer registo ou pedido de direito de propriedade industrial relacionado com aquela informação.
8. A INCM não se responsabiliza, direta ou indiretamente, no âmbito do presente acordo, pela eventual violação de terceiros, designadamente, em sede de direitos de autor ou de propriedade industrial, por parte do Adjudicatário.



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T +351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



9. O Adjudicatário aceita e reconhece que o presente acordo não limita o direito da INCM de modificar a respetiva informação, sem disso lhe dar prévio conhecimento.
10. Tais modificações não implicam qualquer responsabilidade para a INCM, nem a obrigam a desenvolver, anunciar, entregar, manter ou financiar quaisquer produtos ou planos de negócio baseados naquela informação.
11. O Adjudicatário deve limitar a divulgação da informação aos seus trabalhadores, colaboradores ou entidades subcontratadas, no âmbito do estritamente necessário à finalidade prevista no presente acordo, fornecendo-lhes as instruções adequadas a esse efeito e celebrando com estes equivalente compromisso escrito de confidencialidade, sendo integralmente responsável perante a INCM quanto ao cumprimento, por aqueles, dos compromissos ora fixados, podendo este, a todo o tempo, exigir ao Adjudicatário prova da celebração daqueles acordos.
12. Não obstante o número anterior, o Adjudicatário, enquanto entidade contratada pela INCM, é responsável por efetuar as ações necessárias de *screening* aos seus colaboradores e subcontratados, assumindo a responsabilidade por todas as ações que no exercício das funções de contratados e subcontratados pelo Adjudicatário possam comprometer a informação, atividade e negócio da INCM.
13. O presente acordo entra em vigor na data da sua assinatura por ambas as partes, ficando o Adjudicatário vinculado ao presente compromisso de confidencialidade por um período de 15 (*quinze*) anos, contados desde a data da última divulgação de informação ao abrigo do presente acordo, com exceção da informação relativa a dados pessoais, cuja confidencialidade não tem termo.
14. Exclui-se do dever de confidencialidade presente na presente Cláusula qualquer elemento da informação:
 - a) Cuja divulgação tenha sido expressamente autorizada pela INCM;
 - b) Que até ao momento da divulgação tenha sido publicado, tornado publico ou que, de outra forma não possa ignorar-se pertencer ao domínio público;
 - c) Tornado público após a divulgação ou pertencente ao domínio publico por motivo não imputável ao Adjudicatário, a título de dolo ou negligência;
 - d) Que o Adjudicatário possa provar, por exibição de suporte escrito, ter em sua posse em momento prévio ao seu recebimento por parte da INCM;



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T +351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



- e) Recebida pelo Adjudicatário de terceiros sem dever de confidencialidade, desde que estes tenham o direito de fornecer essa informação e que a mesma não tenha sido obtida por estes, direta ou indiretamente, da INCM sob condição de confidencialidade;
 - f) Que o Adjudicatário seja obrigado, por lei ou decisão judicial, a divulgar, desde que este notifique imediatamente a INCM e coopere de forma razoável com os esforços empreendidos por este para contestar ou limitar o âmbito de tal divulgação;
 - g) Que seja desenvolvida de forma independente pelo Adjudicatário.
15. O ónus da prova de todas as exceções à obrigação de confidencialidade previstas no número anterior recai sobre o Adjudicatário.
16. O não-cumprimento da obrigação consagrada na presente cláusula constitui o Adjudicatário na obrigação de indemnizar a INCM por todas e quaisquer perdas, danos, responsabilidades, reclamações e despesas daí decorrentes.
17. Sem prejuízo da obrigação de indemnizar acima referido, acrescerá, ainda, uma indemnização de 20% do valor do contrato, a qual será paga pelo Adjudicatário à INCM ao primeiro pedido emitido por esta última ao primeiro.
18. O valor resultante das indemnizações aplicáveis ao Adjudicatário, por força do disposto dos dois números antecedentes, não pode ser superior ao valor contratual.

Cláusula 10.^a

Certificações e auditorias

Caso o adjudicatário não seja detentor de certificação em alguma das normas ISO 34001, ISO 14298 ou na CWA 15374, bem como na ISO 27001 ou equivalentes, aceita sujeitar-se à realização de auditorias, por parte da INCM, ao abrigo dos requisitos destes normativos.

Cláusula 11.^a

Formação e Sensibilização

O adjudicatário compromete-se a participar ou fazer participar os seus trabalhadores, colaboradores e entidades subcontratadas nas ações de formação que sejam promovidas pela INCM com vista a acautelar a segurança da Informação.



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL
T +351 217 810 700
WWW.INCM.PT
CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



Cláusula 12.^a

Cessão da posição contratual e subcontratação

1. O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou quaisquer direitos e obrigações decorrentes do contrato, sem autorização prévia da INCM.
2. Na eventualidade de o Adjudicatário recorrer à subcontratação, este deve garantir a extensão das disposições de segurança de informação e de privacidade às entidades subcontratadas, bem como o cumprimento, por parte destas últimas, de todos os deveres e obrigações que são exigidas ao Adjudicatário, incluindo designadamente, a sujeição a auditorias pela INCM ou a celebração de um Acordo de Subcontratação.
3. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve:
 - a) O cessionário ou o subcontratado, consoante o caso, apresentar todos os documentos exigidos ao Adjudicatário no presente procedimento;
 - b) O cessionário ou o subcontratado, consoante o caso, apresentar uma declaração, nos termos da qual este se obriga a cumprir as regras relativas ao dever de confidencialidade, que delimitam a partilha e o acesso a informação confidencial, previstas no presente caderno de encargos.
 - c) A INCM apreciar, designadamente, se o cessionário ou o subcontratado, consoante o caso, não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.

Cláusula 13.^a

Privacidade

No âmbito de execução do contrato, caso se verifique o tratamento de dados pessoais, este deve ser regulado mediante acordo, nos termos do n.º 3 do artigo 28.º do Regulamento UE 2016/679, o qual vincula o subcontratante inicial ou ulterior, por conta do responsável pelo tratamento (Anexo n.º I Acordo de Subcontratação).

Cláusula 14.^a

Utilização dos sistemas de informação

Sempre que a execução do contrato implique o acesso às instalações e a eventual utilização dos sistemas de informação da INCM por colaboradores ou subcontratados do adjudicatário, estes



IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL
T +351 217 810 700
WWW.INCM.PT
CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



comprometem-se a observar o integral cumprimento das regras de utilização dos sistemas de informação em vigor na INCM.

Cláusula 15.^a

Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso a INCM venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-a de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

Cláusula 16.^a

Valores éticos

O adjudicatário assume, ainda, o compromisso de observar os valores éticos consagrados no Código de Ética e de Conduta da INCM, que se encontra disponível no site

<https://incm.pt/site/wp-content/uploads/2024/01/Codigo-de-Etica-e-de-Conduta.pdf>

Cláusula 17.^a

Boas Práticas de Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho

Caso a execução dos serviços implique o acesso às instalações por colaboradores ou subcontratados do adjudicatário, estes comprometem-se a observar o integral cumprimento das regras das Boas Práticas de Ambiente, Segurança e Higiene no Trabalho, Anexo II, que podem ser consultadas em

[https://incm.pt/site/wp-content/uploads/2024/04/Boas Praticas Ambiente Seguranca Saude no Trabalho.pdf](https://incm.pt/site/wp-content/uploads/2024/04/Boas_Praticas_Ambiente_Seguranca_Saude_no_Trabalho.pdf)

Cláusula 18.^a

Fiscalização da execução contratual

1. No exercício dos seus poderes e direitos a INCM, ou a entidade que esta designar para o efeito, exerce as seguintes competências:



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL
T +351 217 810 700
WWW.INCM.PT
CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



- a) Acompanhar a execução das atividades objeto do Contrato;
 - b) Verificar do cumprimento das obrigações do cocontratante;
 - c) Emitir parecer sobre as propostas cuja adoção se traduza na modificação do Contrato, ou dos termos concretos da sua execução;
 - d) Analisar os relatórios sobre a atividade objeto do Contrato;
 - e) Promover e acompanhar a realização de inspeções e auditorias;
 - f) Outras competências que resultem do contrato ou que venham a ser acordadas pelas Partes no âmbito daquele.
2. Para o exercício das competências referidas no número anterior, a INCM designará um Gestor do Contrato, que terá direito de acesso a toda a atividade, documentação e a todos os registos relativos a quaisquer operações relacionadas com as atividades objeto do presente procedimento.
 3. O adjudicatário obriga-se a cooperar com o Gestor de Contrato na prossecução das atividades de acompanhamento que este tem a seu cargo, atuando de boa-fé e sem reservas de qualquer espécie, através do seu Responsável e/ou Representante.
 4. Para o desenvolvimento da execução do contrato, a INCM fica obrigada, sempre que seja convocada pela INCM, comparecendo através dos seus representantes designados, a reuniões de coordenação que eventualmente tenham lugar, com os representantes da INCM, sem prejuízo de outras reuniões técnicas que sejam necessárias.
 5. A coordenação das reuniões será assegurada pelo Gestor de Contrato da INCM.

Cláusula 19.^a

Penalidades

1. Pelo incumprimento dos prazos estabelecidos no contrato por parte do adjudicatário, a INCM aplicará uma penalidade correspondente a 1% do total do preço contratual por cada semana de atraso.
2. O valor acumulado das penalidades aplicáveis não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato pela INCM.
3. Findo o prazo estabelecido e excedido o limite descrito no número anterior a INCM reserva-se o direito de resolver o contrato.



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL
T +351 217 810 700
WWW.INCM.PT
CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



4. Caso as partes acordem na alteração das datas de prestação dos serviços, os atrasos serão contados a partir das novas datas acordadas.
5. Pelo incumprimento dos níveis de serviços indicados na Cláusula 30.^a por motivos direta e exclusivamente imputáveis ao adjudicatário, a INCM aplicará, as seguintes penalidades:
 - a) Incidência de nível de serviço critico - 100,00 € por cada hora de atraso;
 - b) Incidência de nível de serviço elevado - 100,00 € por cada 8 horas de atraso;
 - c) Incidência de nível de serviço normal - 50,00 € por cada 24 horas de atraso.
6. Pelo incumprimento dos prazos acordados entre o adjudicante e adjudicatário para a execução de serviços de manutenção evolutiva, a INCM aplicará uma penalidade correspondente a 0,2% do total do preço contratual por cada dia de atraso, desde que não ultrapasse o limite de 20% do preço do contrato.
7. A INCM pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias previstas nos termos do presente artigo, descontando as mesmas na fatura imediatamente seguinte ao facto que as originou através da emissão de nota de crédito pelo adjudicatário ou, caso tal não seja possível, será emitida nota de débito pela INCM.
8. As penas pecuniárias previstas no presente artigo não obstam a que a INCM exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 20.^a

Casos fortuitos ou de força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL
T +351 217 810 700
WWW.INCM.PT
CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 21.^a

Resolução do contrato

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a INCM pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente pelo atraso na prestação dos serviços e pelo incumprimento da qualidade exigível dos serviços.



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL
T +351 217 810 700
WWW.INCM.PT
CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



2. O adjudicatário tem o direito de resolver o contrato nas situações previstas na lei, sem prejuízo de outras situações de grave violação das obrigações assumidas pela INCM especialmente previstas no contrato.
3. A faculdade de resolução prevista nos números anteriores só pode ser exercida se a parte faltosa, depois de interpelada por carta registada com aviso de receção, não cumprir a obrigação contratual no prazo que for fixado na interpelação.
4. O incumprimento culposo por qualquer das partes faz a mesma incorrer na obrigação de indemnizar a outra por todos os prejuízos causados, nos termos gerais de direito perdendo as garantias prestadas.

Cláusula 22.^a

Execução da caução

1. A caução prestada para o bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do Programa de Concurso, pode ser executada pela INCM, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo prestador de serviços das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.
2. A resolução do contrato pela INCM não impede a execução da caução, contanto que para isso haja fundamento.
3. A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o prestador de serviços na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 15 (quinze) dias após a notificação da INCM para esse efeito.
4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos e restante legislação em vigor.

Cláusula 23.^a

Cessão da posição contratual e subcontratação

1. O Adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou quaisquer direitos e obrigações decorrentes do contrato, sem autorização prévia da INCM.



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T +351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



2. Na eventualidade de o Adjudicatário recorrer à subcontratação, este deve garantir a extensão das disposições de segurança de informação às entidades subcontratadas, bem como o cumprimento, por parte destas últimas, de todos os deveres e obrigações que são exigidas ao Adjudicatário, incluindo a sujeição a auditorias pela INCM
3. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve:
 - a) Ser apresentada pelo cessionário ou pelo subcontratado toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento;
 - b) Ser apresentada pelo cessionário ou pelo subcontratado uma declaração, nos termos da qual este se obriga a cumprir as regras relativas ao dever de confidencialidade, que delimitam a partilha e o acesso a informação confidencial, previstas no presente caderno de encargos.
 - c) A INCM apreciar, designadamente, se o cessionário ou o subcontratado não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55º do CCP.

Cláusula 24.^a

Prazo de vigência do contrato

O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, com início no dia útil subsequente à sua outorga, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 25.^a

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes na fase de execução do contrato, estas devem ser dirigidas por escrito, nos termos do Código dos Contratos Públicos, através de correio eletrónico ou para o domicílio ou sede contratual de cada uma.
2. Qualquer alteração das informações de contacto deve ser comunicada à outra parte.



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL
T +351 217 810 700
WWW.INCM.PT
CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



Cláusula 26.^a

Legislação e foro competente

1. A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente caderno de encargos aplica-se a legislação portuguesa e, em especial, o regime constante do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo D.L. n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, o qual prevalece sobre as disposições que lhe sejam desconformes.
2. Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

PARTE II

CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 27.^a

Enquadramento dos Serviços

1. O portal diariodarepublica.pt (PDR) é responsável primariamente pela disponibilização aos cidadãos do Diário da República (DR), jornal oficial da República Portuguesa, na sua versão eletrónica, de forma gratuita e universal.
2. De forma complementar, permite acesso a outros conteúdos jurídicos, tais como versões consolidadas da legislação, a sua análise jurídica ou a jurisprudência relacionada.
3. Pretende-se efetuar a migração para a tecnologia Outsystems do *backoffice* do portal, incluindo a grande maioria das suas funcionalidades ao nível do Portal Jurídico e de Informação Legislativa, adotando uma nova imagem e integração com outros sistemas, sempre com o objetivo de otimizar o acesso e melhorar os processos envolvidos, sem prejuízo do desenvolvimento de novas funcionalidades.
4. Pelo *backoffice* atual passam genérica e resumidamente os seguintes processos principais, para além de outras funcionalidades descritas posteriormente:
 - a) Carregamento de atos a publicar no PDR editados previamente no sistema de edição do Diário da República (SEDR), existindo, para cada ato, um conjunto de metadados, um ficheiro PDF e um ficheiro XML, cujo conteúdo pode conter texto (sumário e corpo do ato), tabelas html e/ou apontadores para imagens;



IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T +351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



- b) Produção de resumos em linguagem clara (RLC), tendo por objeto atos publicados em DR, usando uma estrutura de textos curtos em pontos chave (*bullets*);
 - c) Produção de análise jurídica (AJ), tendo por objeto atos publicados em DR (incluindo resumos jurídicos, notas, associações tipificadas entre atos e associação a descritores);
 - d) Produção de ligações (unidirecionais e bidirecionais) à maioria dos atos publicados no DR (*links* de hipertexto unidirecionais e associações bidirecionais n-n entre atos);
 - e) Fragmentação de textos completos de atos em componentes mais pequenos (livros, partes, capítulos, secções, subsecções, divisões, subdivisões, artigos, números, alíneas, subalíneas e outros níveis inferiores) para produção de índices remissivos e posterior consolidação de textos;
 - f) Produção de consolidações (versões atualizadas de atos previamente publicados a partir de modificações efetuadas a esses por atos posteriores) a partir da fragmentação de textos, podendo estas incluir ligações unidirecionais e notas para além de texto, tabelas html e imagens
 - g) Administração da plataforma.
5. Os meta processos b) a f) são atualmente executáveis em paralelo após execução com sucesso da etapa a que se refere a alínea a). Todos estes processos dependem de um conjunto de funcionalidades *online* e *batch* acessíveis a utilizadores responsáveis pela produção de conteúdos e/ou pela administração da plataforma.
6. Este projeto tem como grandes objetivos:
- a) A substituição da tecnologia Liferay por tecnologia Outsystems assente em tecnologia Cloud que suporta os metaprocessos b) a f) do n.º 4 e restantes funcionalidades
 - b) A modularização de algoritmos já existentes de modo a permitir a sua reutilização num maior número de cenários funcionais e a criação de novos módulos que permitam acelerar e/ou aumentar a produção de conteúdos
 - c) A integração de todos os módulos numa arquitetura tecnológica e funcional que permita a manutenção evolutiva e corretiva dos algoritmos automáticos sem alterações relevantes à camada de apresentação do *backoffice* ou uma gestão funcional dos processos em cada tipo de conteúdo sem alteração dos algoritmos



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL
T +351 217 810 700
WWW.INCM.PT
CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



- d) A separação técnica das camadas de produção de conteúdos e de interação com o utilizador
 - e) Permitir a utilização de alguns processos e funcionalidades específicos de backoffice por utilizadores externos à INCM, dentro de um único sistema gerido pela INCM sem requerer a utilização de diferentes sistemas
7. Com a substituição da tecnologia Liferay e bases de dados respetivas de apoio pretende-se tecnicamente:
- a) Substituição de funcionalidades existentes por outras desenvolvidas em tecnologias OutSystems ou mais adequadas aos processamentos massivos necessários;
 - b) Migração de dados atualmente guardados em Base de dados Oracle on premise para Base de Dados SQL Server.
8. Com a modularização pretende-se tecnicamente:
- a) Modularizar algoritmos já existentes de:
 - i. Detecção de referências unidirecionais a atos em textos e criação de ligações de hipertexto no texto referenciador para o ato referenciado. No futuro pretende-se que o algoritmo seja aplicável a um texto independentemente do texto ser proveniente de um ato, duma consolidação, duma AJ ou de um RLC (permitindo assim que as associações possam ser reutilizadas nos conteúdos respetivos).
 - ii. Detecção de associações bidirecionais n para n entre atos retificados e retificadores, permitindo que as mesmas possam ser reutilizadas igualmente para produção de associações de AJ.
 - b) Introduzir novos módulos de:
 - i. Produção de propostas (*drafts*) de RLC e de resumos de AJ, utilizando algoritmos de Inteligência Artificial (via prompt engineering), a ser usado nos processos respetivos
 - ii. Identificação e produção de descritores, utilizando algoritmos de Inteligência Artificial (via prompt engineering), a ser usado no processo de AJ
 - iii. Detecção de alterações efetuadas por um ato utilizando algoritmos de Inteligência Artificial (via prompt engineering), a ser usado no processo de AJ e eventualmente de consolidação

- iv. Identificação de revogações totais ou parciais efetuadas por um ato utilizando algoritmos de Inteligência Artificial (via prompt engineering), a ser usado no processo de AJ e eventualmente de consolidação
 - v. Identificação de nomeações ou exonerações efetuadas num um ato utilizando algoritmos de Inteligência Artificial (via prompt engineering), a ser usado no processo de AJ
 - vi. Controlo de qualidade de informação jurídica, via a verificação periódica de um conjunto de regras (numa fase inicial a verificação de coerência entre o estado de um ato e a sua consolidação e a verificação de estados específicos com relações desse tipo com outros atos)
9. Os cinco (5) módulos usando IA são na sua essência similares, diferindo na origem do conteúdo a processar, prompting a efetuar e eventualmente tipo de motor a ser invocado.
10. As *prompts* devem ser disjuntas, podendo assim ser executadas num único pedido sobre o mesmo texto, de modo a reduzir-se o tempo de processamento e o consumo médio de *tokens* por ato.
11. Com esta modularização pretende-se funcionalmente:
- a) Durante a fase de execução de projeto:
 - i. A redução dos custos e tempos de desenvolvimento e testes dos algoritmos modularizados e da camada de apresentação
 - ii. Segmentar o desenvolvimento e testes dos diversos algoritmos, permitindo a entrada em produção de forma faseada caso isso seja considerado o mais adequado pelo adjudicante
 - b) Na fase inicial de produção:
 - i. Uma redução do tempo e esforço humano de produção e validação por unidade produzida (dos resumos, ligações, etc)
 - ii. Aumentar a flexibilidade e rapidez de resposta das diferentes equipas a pedidos de produção
 - iii. Permitir ao utilizador de *backoffice* pedir a produção, num único momento, dos diversos conteúdos produzidos, para um ou mais atos, consoante as permissões que possuir (exemplo: um utilizador de análise

jurídica deve poder pedir a produção de uma proposta de resumo, de adição de links e/ou de associações sendo que um utilizador híbrido deve poder pedir a produção de vários conteúdos)

iv. Permitir ao utilizador de *backoffice* alterar ou remover qualquer conteúdo produzido por módulo, na sua totalidade ou parcialmente

c) A médio prazo (fora do âmbito deste caderno), a possibilidade de processamento em alguns módulos (geração de associações, resumos, etc) de textos provenientes de atos ainda em fase de edição.

12. Todos os módulos automáticos devem possuir em comum as seguintes características:

- a) Em resposta a cada pedido (invocável via batch ou em online), após receber um texto e o tipo do mesmo (ato, consolidação, AJ, resumo) deve produzir o conteúdo esperado pelo módulo (exemplo: devolver o texto com links, devolver um resumo do texto, etc)
- b) Serem instanciáveis em lote por unidade (receber uma ou mais unidades para processamento devolvendo como resposta uma ou mais unidades de processamento)
- c) Deixar como informação de auditoria o identificador do utilizador responsável pelo pedido (pessoa ou sistema), identificação do ato processado (quando aplicável), data e hora de início de processamento, data e hora de fim de processamento, estado de processamento e *checksums* MD5 dos dados recebidos para processamento e de dados retornado
- d) Respeitar uma interface técnica comum e um formato de troca de dados (JSON ou equivalente) que permita a instanciação em cascata e sem dependências de ordem de execução (exemplo: um texto sem links poder ser passado ao gerador de links e depois deste ao gerador de resumo ou por outra ordem) por um motor de regras
- e) Definição por processo e módulo se o conteúdo produzido necessita de validação humana posterior ou se passa um estado posterior de publicação sem validação (exemplo: os links gerados no carregamento de atos não necessitarem de validação humana enquanto links gerados sobre textos de AJ deverem ser validados por operadores)

13. Com a arquitetura funcionalmente modular pretende-se:

- a) O desenvolvimento de um gestor de regras de processamento funcional do conteúdo carregado, por tipo de ato, série e data, utilizando algoritmos de lista branca e/ou negra
- b) Um motor de execução dessas mesmas regras, apresentando-se alguns exemplos de regras possíveis:
 - i. Lista branca: a partir de 1 janeiro de 2025, todos os atos carregados de 1.ª série devem ser processados pelo gerador automático de resumo em linguagem clara
 - ii. Lista negra: todos os atos devem ser processados pelo gerador automático de associações unidirecionais (*links*), com exceção de um conjunto específico de tipo de atos (atualmente atos regionais)

14. O motor automático de execução de regras deve:

- a) Ser capaz de invocar qualquer módulo automático, depois de detetar a aplicabilidade de um ato a um módulo via uma regra ativa específica
- b) Ser invocável a qualquer momento em modo batch ou excecionalmente em modo online por administradores

15. A gestão de regras deve ser possível via funcionalidades de adição, desativação ou alteração de regras disponíveis a utilizadores com essa funcionalidade no perfil.

16. O backoffice do portal do Diário da República tem um conjunto de funcionalidades que serão implementadas através dos serviços objeto do presente procedimento, devendo ser tidas em conta no seu desenvolvimento as integrações com sistemas internos e externos bem como alguns pressupostos elencados na presente cláusula:

- a) R01 – Administração: As ferramentas de administração, que apenas estarão disponíveis para um conjunto de utilizadores da INCM com perfil específico de administrador, contemplam as seguintes funcionalidades:
 - i. Gestão de utilizadores: A funcionalidade deve permitir criar utilizadores, grupos de utilizadores e definir as permissões por grupo, devendo ainda possibilitar a criação de utilizadores externos à INCM que acederão ao backoffice (Exemplos: participação na produção de conteúdos de resumos em linguagem clara, lexionário, análise jurídica, consolidação de legislação, entre outros...). As respetivas permissões destes utilizadores também são geridas pelo administrador. A lista de utilizadores registados no frontoffice do site do Diário

da República também pode ser consultada e os dados podem ser visualizados e alterados, assim como as suas subscrições que podem ser renovadas ou canceladas, devendo ser garantido um sincronismo com plataformas de envio massivo de emails em utilização na INCM. Os utilizadores internos à INCM deverão ser validos via Azure Active Directory e os utilizadores externos à INCM via login/password associado ao e-mail.

- ii. Estatísticas: Incluem um *dashboard* com dados e gráficos a serem preenchidos com informação proveniente de Elasticsearch/Qlik. Esta funcionalidade deverá apresentar:

Estatísticas sobre Utilizadores:

- Número total de utilizadores ativos.
- Acessos por utilizador, incluindo horários e frequência.

Estatísticas sobre Acessos:

- Número total de acessos ao backoffice do DR.
- Acessos por dia, semana ou mês a cada página.
- Tentativas de acesso não autorizadas.

Estatísticas sobre RLC (Resumos em Linguagem Clara):

- Resumos produzidos por período.
- Resumos produzidos por tipo de diploma.
- Identificação dos agentes responsáveis pela criação de cada resumo.

Estatísticas sobre Consolidações:

- Número de diplomas consolidados e número de consolidações realizadas.
- Tempos médios de consolidação.
- Consolidações pendentes vs. consolidações concluídas.
- Identificação de quem realizou cada consolidação, com especificação da tarefa dentro da consolidação (quem iniciou, quem consolidou, quem validou).

Estatísticas sobre AJ (Análise Jurídica):

- Número de análises jurídicas realizadas.
- Tempos médios de resposta para as análises.
- Identificação de quem realizou cada análise jurídica, com especificação da tarefa dentro da análise (quem iniciou, quem analisou, quem validou).

Estatísticas sobre Lexionário:

- Número de entradas criadas no lecionário, e informações sobre modificações.
- Possibilidade de navegação pelas versões de cada entrada.
- Agentes responsáveis por cada nova entrada ou revisão.
- Palavras mais consultadas.

Estatísticas sobre Associações:

- Número de associações feitas entre diplomas.
- Identificação de quem realizou as associações.

iii. Auditoria: Registo e consulta de todas as operações realizadas no backoffice pelos utilizadores e erros do sistema e acesso à mesma para efeitos de auditoria.

b) R02 – Pesquisas de acesso à informação

- i. Funcionalidade autónoma de pesquisa básica: Os utilizadores poderão realizar pesquisas sobre atos usando como único critério de pesquisa texto a ser procurado no conteúdo dos atos ou consolidações. Como motor de pesquisa, deve ser usada a solução Elastic da INCM.
- ii. Funcionalidade autónoma de pesquisa avançada: Os utilizadores poderão realizar pesquisas segundo uma seleção variável de critérios, para além do critério texto. Tendo como ponto de partida diferentes conteúdos pesquisáveis (atos, consolidações, AJ), diferentes critérios serão aplicáveis. A escolha dos critérios de pesquisa deverá permitir a adição de um número ilimitado de campos, podendo ser adicionados operadores lógicos como “E”, “Ou” e “E não”, o campo a pesquisar, o operador do valor (dependendo do tipo do valor escolhido), o valor a pesquisar no campo escolhido e utilizar parêntesis na pesquisa (utilizando campos específicos). O campo selecionado poderá conter

uma lista de valores possíveis para seleção, podendo pesquisar-se dentro dessa. Poderá ser efetuada a ordenação da pesquisa por um de entre vários critérios (frequência de resultado, data de publicação ascendente, data de publicação descendente, emissor, entidade proponente, tipo de ato e número de ato). Como motor de pesquisa, deve ser usada a solução Elastic da INCM.

- iii. Autocomplete: Para além da funcionalidade de pesquisa básica, todos os campos nos formulários de inserção do tipo e número de ato (exemplo Lei 1/2009) devem apresentar uma lista de atos que correspondem parcial ou na totalidade ao tipo e/ou número de ato em inserção pelo utilizador
 - iv. Em qualquer das páginas de resultados de pesquisas deverá ser possível, selecionar o número de resultados a visualizar por página, exportar o resultado de pesquisa (ou itens selecionados) para um ficheiro (excel, pdf e word), e guardar o formulário da pesquisa efetuada e os respetivos resultados, limpar os critérios de pesquisa, guardar alterações efetuadas a um formulário, ver os formulários guardados e ter acesso aos descritores Thesaurus (ver R11).
- c) R03 – Lista unificada de tarefas: Permitir a visualização de todas as tarefas pendentes, atribuídas a um determinado utilizador no estado por tratar ou em tratamento. Deve possibilitar o acesso a tarefas e processos de modo que os utilizadores possam fazer a atribuição, reatribuição ou execução. O utilizador, com permissões para tal, deve poder consultar as tarefas e processos pertencentes ao seu grupo e realizar AJ, RLC, associações entre retificações e retificados, gestão de nomeações/exonerações, consolidação e/ou fragmentação consoante o seu perfil. As tarefas podem ser ordenadas e filtradas pela sua categoria e/ou tipo e pesquisadas (texto completo ou parcial) pela sua descrição. Os processos podem ser filtrados pela categoria e/ou estado e pesquisados pela sua descrição ou utilizador atribuído. Na visualização dos detalhes do processo, o utilizador pode consultar a sua duração, os pareceres associados, as tarefas ativas e ainda libertá-las. Um utilizador com determinado perfil pode libertar tarefas e associar a outros.
- d) R04 – Gestão unificada do ato: Deve permitir:

- i. Pesquisar e consultar um ato, disponibilizando de forma integrada o seu texto, imagens, tabelas e destacar visualmente no seu texto conteúdos adicionais simples associados (estado de AJ do ato, estado de consolidação ou fragmentação do ato quando aplicável, links, associações bidirecionais quando aplicáveis) e permitir a identificação de existência e o acesso rápido a conteúdos conexos ao texto (RLC, AJ, consolidações, lista completa de links, associações bidirecionais)
- ii. Independentemente de o ato estar associado a uma tarefa ou processo, deve permitir:
 - i. Dependendo do ponto do texto selecionado no ecrã:
 - a. Inserir, alterar, remover ou recusar no texto um link independentemente de este ter sido criado manual ou proposto automaticamente pelo módulo respetivo
 - ii. Independentemente do texto:
 - a. Permitir inserir ou alterar o estado jurídico do ato e/ou consolidação (quando esta existir), avisando o utilizador de incongruências entre os dois estados por uma tabela de compatibilidade de estados a definir e obrigando o utilizador a confirmar a alteração caso queria manter a incongruência
 - b. Permitir inserir, alterar ou remover uma nota específica ao ato, com possibilidade de notificação a um ou vários utilizadores ou grupos de utilizadores numa data específica e/ou quando se verifique um evento futuro relacionado com o ato (retificação, modificação, revogação)
 - c. Permitir aceitar, inserir manualmente, alterar manualmente, apagar ou pedir a produção automática uma proposta de resumo em linguagem clara independentemente de ter sido inserido manual ou proposto previamente pelo módulo automático (sem ser necessário aceder ao módulo de RLC).

- d. Permitir aceitar, inserir manualmente, alterar manualmente, apagar ou pedir a produção automática de propostas de descritores propostos ao ato detetadas pelo motor respetivo (sem ser necessário aceder ao módulo de AJ)
- e. Navegar por uma lista de links usando uma abordagem “anterior” / “seguinte” e em cada link poder aplicar opções de alteração/remoção/recusa de link
- f. Permitir aceitar, inserir manualmente, alterar manualmente, apagar ou pedir a produção automática de associações com outro ato independentemente de ter sido inserido manual ou proposto automaticamente pelo módulo respetivo (sem ser necessário aceder ao módulo de associações)
- g. Navegar por uma lista de associações bidirecionais usando uma abordagem “anterior” / “seguinte” e em cada associação poder aplicar opções de alteração/remoção/recusa de associação. Esta navegação pode não ser aplicável em atos retificados que não possuem referência visível ao ato retificador no seu texto
- h. Pedir a fragmentação do ato (caso esta não exista), em tantos níveis de conteúdo quantos existiam ou nos níveis máximos definidos pelo utilizador
- i. Pedir a ocultação (sem destruição) da eventual consolidação (requer confirmação de operação), com possibilidade de repor a versão anterior da consolidação a partir de histórico de consolidações de um dado ato
- j. Pedir a ocultação (sem destruição) da AJ do PDR (requer confirmação de operação)

A gestão unificada do ato não pretende disponibilizar todas funcionalidades descritas em R03, R05, R06, R07, R11 e R12 mas tão somente unificar um subconjunto das mais comuns e utilizadas num única funcionalidade que permita a mais célere gestão de um ato



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL
T +351 217 810 700
WWW.INCM.PT
CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



e) R05 – Análise Jurídica: Permitir o tratamento de diplomas, com os seguintes atributos principais:

- i. Entidades emitentes, com a possibilidade de inserção manual de outras que não resultem diretamente do ato publicado em DR (nomeadamente, por não existir esse dado); Preferencialmente deve ser populada com a entidade emitente já associada ao ato publicado
- ii. Fontes (v.g. Diário da República, Jornal Oficial do Governo Regional dos Açores, Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira, Boletim do Trabalho e Emprego);
- iii. Tipos de associações entre atos (Aplica/Regulamenta; Direito da União Europeia; Diplomas Associados; Doutrina Associada; Jurisprudência Associada; Modificações Produzidas; Regulamentação do Trabalho; Regulamenta e Retifica). É possível inserir notas às associações (quer na associação direta quer na associação inversa);
- iv. Descritores, permitindo:
 - i. Dentro de cada uma das seções selecionar um existente, editar, adicionar um novo ou eliminar;
 - ii. Na criação de descritores os campos mais utilizados são: nome (o descritor/termo em si); tipo (seletor de descritor/termo); termos/descritores relacionados (TR) (neste campo, são introduzidas as relações com outros termos/descritores) e os Termos preferidos (EQ) (esta opção só aparece quando se introduz um termo, que neste contexto, significa não descritor).
- v. Anexos e anotações:
 - i. resumo
 - ii. notas aos dados gerais
 - iii. notas ao texto integral

Todos os campos de texto devem permitir inserção de links para atos, consolidações, RLC, lexionário ou links externos. O tratamento de diplomas

regionais não publicados em DR pode obrigar à definição de atributos semelhantes como número, fonte, datas, publicação, entre outros a definir em sede de projeto.

Todas as ações realizadas numa tarefa deverão ser registadas e podem ser consultadas no histórico. As análises têm a fase da realização e da validação, sendo que o utilizador pode notificar/solicitar que outros utilizadores intervenham sobre os mesmos atos para praticarem outras tarefas (v.g. co-realização, validação) nesse mesmo ato.

Deve ser possível isolar ou fundir a fase de análise jurídica da fase de validação da análise jurídica, de modo a permitir, por exemplo:

- Que estas possam ser executadas por 1, 2 ou mais utilizadores no mesmo ato;
- Que a fase de realização possa ser concretizada por diferentes utilizadores;
- Que o mesmo utilizador possa concretizar todo o processo (realização e validação);
- Que o utilizador possa encaminhar o ato para que a realização possa ser completada por outro;
- Estas possibilidades devem estar permitidas a utilizadores internos e externos da INCM.

f) R06 - Fragmentação: Tem como objetivo identificar e isolar diferentes sub-unidades jurídicas contidas no corpo do texto de um ato (livros, partes, capítulos, secções, subsecções, divisões, subdivisões, artigos, números, alíneas, subalíneas e outros níveis inferiores). Deve permitir:

- i. Consultar e ordenar atos por série, tipo de ato, data de publicação, data de fragmentação e estado de fragmentação
- ii. Identificar atos a fragmentar (um ou mais) via inserção direta do tipo e identificador de ato ou escolha do ato na lista de atos referida acima. Caso o utilizador peça a fragmentação de um ato já fragmentado, essa operação deve conduzir a um pedido de confirmação antes da destruição da fragmentação existente
- iii. Fragmentar automaticamente um ato em diferentes blocos de textos ordenados sequencialmente opcionalmente dentro de níveis hierárquicos distintos através da identificação de menções no texto correspondente a uma hierarquia multinível previamente definida. Para o processamento do texto e deteção dos fragmentos deverão ser utilizados determinados pressupostos jurídicos.

- iv. Apresentar ao utilizador o conteúdo da fragmentação de um ato, apresentando os fragmentos numa árvore multinível de artigos, juntamente com anexos (podendo conter tabelas e imagens) e assinatura, ao mesmo tempo que mostra cromaticamente ao lado o texto original não fragmentado correspondente (de modo a mais facilmente serem detetados erros ou omissões de fragmentação).
 - v. Percorrer todo o texto fragmentado numa árvore remissiva. Todos os fragmentos criados manual ou automaticamente podem ser editados, removidos ou movidos dentro da árvore, podendo arrastar ou não os seus filhos.
 - vi. Incluir anotações a cada fragmento, independentemente do nível da árvore onde este esteja e associar conteúdos à fragmentação.
 - vii. Fazer passar o resultado da fragmentação por uma tarefa opcional de validação. Relacionado com R07, a alteração na fragmentação deve poder validar e atualizar automaticamente a consolidação em conformidade.
 - viii. Alterar o estado de fragmentação do ato (para separação entre atos não fragmentados, atos fragmentados não validados e atos fragmentados validados)
 - ix. Respeitar eventuais links embebidos no texto recebido para fragmentação, incorporando-os nos fragmentos sem os eliminar
 - x. Por omissão, fragmentação deve ir ao nível do artigo, podendo descer ao nível do número do artigo e alínea dos artigos, caso o utilizador assim o requeira
- Deve ser possível isolar ou fundir a fase de fragmentação do texto da fase de validação de fragmentação do texto, de modo a permitir, por exemplo:

- As duas serem executadas habitualmente por 2 ou mais utilizadores distintos
- A fase de fragmentação poder ser efetuada por um utilizador externo à INCM enquanto a fase de validação ser feita por um utilizador interno à INCM
- Ser possível a um único utilizador interno da INCM poder fragmentar e validar a fragmentação

- g) R07 – Legislação Consolidada: Tem como objetivo produzir versões atualizadas de textos de atos que refletem alterações, revogações, repristinações ou outros eventos jurídicos que afetam a validade ou o estado de fragmentos do ato e notas adicionais de

apoio à interpretação do conteúdo, tanto ao nível do diploma como ao nível de qualquer fragmento. Deve permitir:

- i. Listar e ordenar consolidações por tipo e número de ato modificado, data de publicação do ato modificado, data de última versão da consolidação, tipo e número de ato do último modificador, data de publicação do último modificador, estado jurídico em AJ, estado jurídico externo de consolidação, estado interno de consolidação
- ii. Listar consolidações com incongruências entre estados AJ e estados externos de consolidação
- iii. Apresentar toda a informação e alterações a um diploma, incluindo os diplomas que originaram essa alteração. Esta funcionalidade deve incluir versionamento e a possibilidade de visualizar o diploma completo após alterações.
- iv. Ativar, desativar a visibilidade da consolidação do diploma em *frontoffice*.
- v. Remover a consolidação do sistema (requer confirmação)
- vi. Criação e gestão de versões de consolidação tendo em conta os seguintes atributos:
 - i. Versão da consolidação que agrupa uma ou mais modificações efetuadas por um ato modificador, definida habitualmente pelo tipo e número do ato modificador
 - ii. Fragmentos de texto originados da versão anterior da consolidação e da fragmentação do ato modificador que se pretende incorporar na consolidação
 - iii. Tipo de modificação realizada juridicamente pelo fragmento (alteração, revogação, repristinação, etc)
 - iv. Data de entrada em vigor da alteração do fragmento
 - v. Data de produção de efeitos da alteração do fragmento
 - vi. Notas a associar à versão e eventualmente a cada fragmento da mesma (texto das notas podem conter links)
 - vii. Geração automática e gestão manual de links associados ao fragmento

- viii. Título da consolidação comum a todas as versões. Em particular, a alteração de versões intermédias numa consolidação não deve implicar a destruição de versões posteriores, devendo estas últimas ser reconstruídas automaticamente a partir da informação alterada na versão intermédia. Exemplo: a adição de uma nota numa versão intermédia deve ser replicada nas versões posteriores
- vii. Geração de duas (2) versões PDF do texto das diferentes versões de cada consolidação, um com o texto revogado omitido e outra com o texto revogado visível
- viii. Geração de índice de cada versão de consolidação
- ix. Funcionalidade de geração de consolidação para republicação: Esta funcionalidade deve permitir fazer a copia completa de uma versão consolidada de um diploma para uma nova estrutura de dados e permitir realizar uma consolidação com um diploma ainda não publicado. Dentro dessa funcionalidade deve ser possível carregar um novo diploma (utilizando o XML do SEDR, para uma tabela própria da funcionalidade de republicação) para permitir a consolidação. Deverá ser possível visualizar o resultado da consolidação numa página HTML, bem como exportar para PDF que deve ter o mesmo formato e aspeto das consolidações disponibilizadas em frontoffice.

A alteração de links ou conteúdo de fragmento deve ser repercutida automaticamente nas versões posteriores, até à versão em que existe uma alteração desse fragmento que altere explicitamente esse mesmo fragmento.

A data do documento consolidado será a data de publicação do diploma que produziu as alterações. Contudo, será necessário considerar as diferentes datas de entrada em vigor e/ou produção de efeitos por fragmento porque irão condicionar a visualização dos fragmentos a apresentar, pois podem existir fragmentos que estão no documento consolidado, mas ainda não estão em vigor. Farão parte do documento consolidado, mas podem não ser visualizados em *frontoffice* ao apresentar um documento em vigor numa determinada data.

Um documento consolidado poderá ter vários atributos, estados, associações e anotações, sendo possível efetuar modificações. Poderá ser declarada inconstitucionalidade de um diploma ou fragmento, alterada a data de entrada em vigor de determinado fragmento e/ou diploma ou revogar um fragmento e/ou diploma. Uma consolidação deverá referenciar, hierarquicamente (por ordem cronológica), cada fragmento que contribuiu para a consolidação.

Tal como na fragmentação, as consolidações têm tarefas distintas de alteração dos dados e de validação dos dados. Relacionado com R06, a alteração na consolidação deve poder validar e atualizar a fragmentação em conformidade.

Deve ser possível agregar ou isolar as tarefas das fases de consolidação do texto da fase de validação de consolidação do texto, de modo a permitir cenários distintos, por exemplo:

- As duas serem executadas habitualmente por 2 ou mais utilizadores distintos;
- A fase de consolidação poder ser efetuada por um utilizador externo à INCM enquanto a fase de validação ser feita por um utilizador interno à INCM;
- A fase de consolidação e de validação poder ser efetuada por um único utilizador interno à INCM.

Deve ser possível consultar todas as consolidações com dados em falta (sem título, estado ou outro elemento).

- h) R08 – Gestor de Contratos Públicos: Facilitar ao utilizador a lista dos Contratos Públicos submetidos e consulta dos respetivos detalhes de cada para que possa autorizar ou rejeitar a sua publicação. Deverá existir uma opção que permita o cancelamento simultâneo no backoffice e no sistema de submissão de dados (integração).
- i) R09 – Carregamento e publicação DR: Permitir o carregamento manual de ficheiros .pdf e .xml de diários e atos produzidos no sistema para edição do Diário da República. O utilizador também deve consultar e autorizar os carregamentos automáticos que se encontram em processamento. Devem ser registadas e passíveis de consulta, para efeitos de auditoria, as datas e horas de disponibilização de atos no frontoffice do portal do DR. Após aprovação do DR deve ser adicionado ao PDF um QR Code com o endereço ELI para cada um dos diplomas e para o índice do diário e realizada uma assinatura



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL
T +351 217 810 700
WWW.INCM.PT
CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



eletrónica e timestamping de todos os PDF (do Diário e dos diplomas) utilizando PAdES-B-LTA.

- j) R10 - Lexionário Jurídico: O utilizador poderá gerir termos e expressões jurídicas e a sua respetiva descrição, categorização e relação com palavras-chave. Deve ser registada a data da última alteração, bem como mantido histórico das mesmas.
- k) R11 – Gestor de descritores Thesauri: Deve permitir:
 - i. Consulta de descritores e de atos associados aos mesmos
 - ii. Criação, edição e eliminação de lista de Thesaurus. Estas listas são filtradas com base nas bases de informação jurídica que o utilizador tem permissão para gerir, previamente definidas. Editar um Thesaurus permite mudar o seu nome e a sua base jurídica. A eliminação só será possível se o Thesaurus não contiver qualquer termo ou descritor.

Cada lista deverá permitir a criação, edição e eliminação de termos/descritores para pesquisa. Para cada termo ou descritor da lista deverá ser possível inserir e visualizar termos ou descritores genéricos, relacionados, preferidos, não preferidos, equivalentes e se são área temática. A alteração de um descritor implica a alteração assíncrona das respetivas associações na base de dados e a substituição massiva dos descritores nos diplomas.

- l) R12 – Gestor de links: Permitir a inclusão de hiperligações para diplomas, legislação consolidada ou lexionário nos textos de diplomas, consolidações, AJ ou RLC. As hiperligações podem ser internas (atos, consolidações, lexionário) ou externas: JOUE, BTE, Euro-Lex, entre outros. Esta funcionalidade deverá:
 - i. Automaticamente:
 - i. Detetar automaticamente em textos referências no singular ou no plural que apontem para um diploma publicado no DR e gerar um link para esse diploma.
 - ii. Em caso de referência opcional à data de publicação, deverá tentar usar a mesma para identificar o ato correto caso existam dois atos com o mesmo número com datas distintas

- iii. Permitir por tipo de conteúdo em processamento (ato, consolidação, AJ ou RLC) definir se o link que deve ficar contido neste deve apontar para o ato, para o ELI do ato ou para o ELI da consolidação do ato (caso esta última exista)
- ii. Manualmente:
 - i. Permitir adicionar, alterar ou remover um link dentro de um texto em qualquer posição do mesmo, independentemente do link ter sido inserido manualmente ou gerado automaticamente
 - ii. Navegar rapidamente entre links dentro de um texto (navegação próximo/anterior), evitando ao utilizador ter de ler a totalidade do texto para localizar os links a gerir
 - iii. Consultar uma lista resumida com o número, totalidade de links inseridos no texto e eventuais anomalias detetadas aquando da tentativa de aceder ao destino do link e a partir dessa lista gerir o link
 - iv. Permitir ao utilizador validar cada link inserido via apresentação de um resumo do destino (via *snippet*, mecanismo de *hover* ou equivalente) do link após inserção do mesmo ou indicação de erro caso não seja possível apresentar uma mensagem de erro
 - v. Permitir a gestão de uma lista negra de tipos de atos que não serão alvo da deteção automática de referências (exemplo: a totalidade dos textos de atos regionais poderão não serão processados pelo gestor de links).
 - vi. Permitir a gestão de uma lista negra de referências a tipos de atos que não serão alvo da criação de links (exemplo: referências a despachos nos textos de qualquer ato, independentemente do tipo de ato fonte do texto poderão não ser processadas)

Deve ser ainda possível obter uma pré-visualização de todo o texto com as hiperligações de forma a testar o seu funcionamento. O sistema deverá armazenar toda a informação necessária para gerar ou regerar o link. Deverá ser possível efetuar a manutenção dos links já existentes sem necessidade ao utilizador de converter algum tipo de link.



IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T +351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



m) R13 - Gestor de conteúdos: Gestão de páginas estáticas e conteúdos através de editor WYSIWYG, possibilitando o versionamento com eventualidade de *rollback* para versões anteriores, permitindo carregar ficheiros e imagens, armazenados em estrutura de árvore. Os conteúdos a gerir serão: páginas de texto e outros conteúdos, newsletters, ligações úteis, notícias e documentos bases especiais. O utilizador terá a possibilidade de agendar a data início e opcionalmente a data fim de visibilidade dos conteúdos.

n) R14 - Gestor de notificações – Produção das notificações a enviar a utilizadores do Diário da República e gestão dos templates associadas às mesmas, configuráveis por tipo de notificação e canal de saída da notificação, sendo possível parametrizar o texto (e o assunto quando aplicável) de cada tipo de notificação. O utilizador poderá ser notificado via e-mail ou alerta na App diário da república, dependendo do evento a notificar. A criação e modificação dos templates das notificações só deverá ser efetuado por um perfil específico.

A entrega das notificações via e-mails será responsabilidade do backoffice via o gateway respetivo da INCM. A entrega das notificações da App será feita via os mecanismos tecnológicos respetivos.

Os eventos de cada tipo poderão ser definidos por utilizadores em três plataformas distintas:

- i. Portal Diário da República
- ii. App Diário da República
- iii. Backoffice Diário da República

Não é âmbito deste caderno desenvolvimentos no portal e na App Diário da República, mas tão somente as integrações necessárias com estes.

As notificações podem incidir sobre diferentes tipos de eventos:

- i. Novo ato publicado em Diário da República (ou seu suplemento) que inclua texto definido utilizador a utilizador (exemplo: diferentes palavras-chave definidas por diferentes utilizadores do portal Diário da Repúblicas)
- ii. Novo ato publicado em série ou parte específica do jornal ou seu suplemento (exemplo: 1ª série ou parte L da 2ª série). Em particular, deve permitir

opcionalmente a notificação somente de suplementos sem notificar da publicação rotineira

- iii. Novo ato publicado por emissor específico, independentemente da série ou parte (exemplo: “presidência do conselho de ministros”)
- iv. Produção ou alterações à AJ, consolidação ou RLC de ato específico (exemplo: alteração da consolidação da lei 7/2009, sendo uma generalização e extensão da funcionalidade atualmente só associada a códigos). Estes eventos podem ser:
 - i. Produção de uma nova AJ, consolidação ou RLC;
 - ii. Alteração de uma AJ, consolidação ou RLC já existente;
 - iii. Alteração do estado da AJ ou consolidação;
 - iv. Remoção de AJ, consolidação ou RLC.

Adicionalmente devem ser geradas notificações autónomas pelo sistema de backoffice nas seguintes condições:

- i. Notificação prestes a expirar (num prazo de N dias a parametrizar de forma transversal por tipo de evento);
- ii. Notificação expirada.

Nos casos específicos de notificações em risco de expiração deve haver processos específicos de renovação que permitam facilitar a renovação sem esforço por parte do utilizador:

- Por e-mail, devem ser enviados 2 comunicações em momentos distintos se aplicáveis: um mail de prévia notificação de expiração e um outro mail de fim de notificação. Nos dois mails, deve enviar um link customizado para renovação imediata daquela notificação específica (*one step renewal*) sem necessidade de maior intervenção do utilizador (não deve apontar para formulários genéricos ou processos que requeiram autenticação individual do utilizador). O link customizado deve ter uma validade não superior à data de expiração + N dias de tolerância (a definir por tipo de evento), sendo que o link customizado deve apontar para uma página específica a informar desse facto caso tenha expirado
- O backoffice deve permitir à App e ao portal a renovação automatizada de uma notificação caso estes peçam ao backoffice a renovação dentro do prazo de

notificação (*one step renewal*) sem necessidade de maior intervenção do utilizador. Quer a App quer o portal serão responsáveis pela implementação de mecanismos de interação com o utilizador.

Todas as notificações subscritas pelos utilizadores devem possuir como atributos:

- Identificador interno do utilizador associado
- ID do mecanismo a notificar (e-mail destino, identificador de notificação App)
- Tipo e detalhe da notificação (exemplo: tipo e palavra-chave a notificar)
- Canal onde foi efetuada a subscrição (Portal, App, backoffice)
- Data de subscrição
- Data de expiração da notificação
- Informação de auditoria (data/hora e ID de quem efetuou a operação)

Adicionalmente, para todas as notificações enviadas/por enviar devem ser registados os atributos:

- Identificador da notificação gerada
- ID do mecanismo notificado/a notificar (e-mail destino, identificador de notificação App)
- Tipo e detalhe da instância de notificação
- Estado de envio (gerada, enviada e caso seja possível recebida)
- Informação de auditoria (data/hora e ID do processo que alterou a informação)

Cada plataforma pode permitir a gestão de diferentes mecanismos de eventos. Exemplos:

- O portal pode permitir ao utilizador a criação de diferentes eventos associados a e-mail

- A app pode permitir ao utilizador da App a criação de diferentes eventos associados somente à App instalada no seu telemóvel
- O backoffice deve permitir ao administrador permitir gerir eventos de quaisquer utilizadores, para correção de qualquer anomalia processual ou técnica

O backoffice deve permitir às outras plataformas:

- Criar novas notificações para um dado utilizador, plataforma, canal, evento
- Consultar/alterar/renovar/ remover notificações associadas a um utilizador
- Renovar notificações em risco de expirar

Em backoffice deverá ser possível adicionalmente:

- Gerir parâmetros transversais às notificações:
 - Prazos de pré-aviso de expiração de notificações existentes por tipo de evento (em dias de calendário);
 - Prazos de validade de novas notificações a criar a partir desse momento (em dias de calendário);
 - Hora/minuto de envio das notificações diárias por tipo de evento.
- Consultar e gerir massivamente (eliminar e alterar instâncias de notificações):
 - Notificações associadas a utilizadores específicos (ex: apagar todas as instâncias de notificações de um dado utilizador);
 - Notificações associadas a tipos de eventos específicos (ex: apagar todas as notificações de um dado tipo ou associadas a um dado ato);
 - Alterar datas de expiração de notificações.
- Alterar o estado de notificações (de modo a permitir por exemplo abortar o envio ou forçar o reenvio no futuro);
- Enviar automaticamente as notificações geradas consoante as agendas horárias definidas;
- Forçar o envio de notificações fora das agendas horárias.

De modo a otimizar a carga dos sistemas e a otimizar a experiência dos utilizadores, o mecanismo de envio de notificações deve ter em consideração:



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL
T +351 217 810 700
WWW.INCM.PT
CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



- Caso uma ou mais horas de envio estejam definidas, o sistema só enviará nesse momento notificações desde o último envio. Exemplo: as notificações da parte L podem ser enviadas às 9h01 e 16h01, sendo que às 16h01 serão enviadas somente aquelas aplicáveis desde as 9h01.
 - Caso para um dado tipo de evento não esteja definida qualquer hora de envio, a notificação deve ser enviada imediatamente. Exemplo: as notificações da 1ª série podem ser enviadas imediatamente
- o) R15 - Gestor de dados de referência: Gestão de dados para funcionamento do sistema como: tipos de diário, entidades emitentes, entidades proponentes, estados, tipos de fragmentos, entre outros a definir em sede de projeto. Esta funcionalidade deve permitir o carregamento de ficheiro Excel com *template* a definir ou integração com outros sistemas.
- p) R16 - Gestor de jurisprudência: Este módulo deve permitir a atualização da jurisprudência carregada a partir da DGSI e o refrescamento dos índices Elastic associados à mesma.
- q) R17 - Gestão de nomeações: Deve permitir:
- i. Gestão das nomeações e exonerações existentes no sistema
 - ii. Confirmação, alteração ou rejeição de nomeações/exonerações detetadas pelo módulo automático respetivo
 - iii. Pesquisar nomeações, exonerações ou outros, tendo em conta vários tipos possíveis de filtros a aplicar, por exemplo: se é uma pessoa politicamente exposta, qual a entidade a que pertence, órgão, cargo, vínculos e funções, entre outros a definir em sede de projeto.
 - iv. Consultar o histórico de nomeações e exonerações de uma pessoa
- r) R18 - Integrações com outros sistemas: Para a implementação de todas as funcionalidades irá ser necessária a integração com sistemas internos e externos detalhados neste requisito.
- i. DGSI (jurisprudência);

- ii. Parlamento (obtenção do processo parlamentar de atos publicados pelo emissor Assembleia da República);
 - iii. Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas: Arquivo de longo-prazo dos diplomas publicados em Diário da República em formato estruturado (incluindo imagens) e PDF.
 - iv. Reuters: Comunicação de publicação de contratos públicos;
 - v. DGT: Comunicação de publicação de diplomas;
 - vi. PECP: Comunicação de publicação de diplomas;
 - vii. IMPIC: Comunicação de publicação de diplomas;
 - viii. SIGO: Comunicação de publicação de diplomas;
 - ix. Sistema de submissão de atos: Comunicação de publicação de diplomas e para qual plataforma;
 - x. Sistema de edição de atos para Diário da República: Envio automático de ficheiros .xml e .pdf dos diários;
 - xi. Active Directory: Para autenticação de utilizadores da INCM no backoffice;
 - xii. Meios Autenticação.Gov: Para autenticação de utilizadores externos no backoffice;
 - xiii. Getaway de SMS: Para autenticação multifator (MFA) de utilizadores do backoffice.
17. Pressupostos. Para a implementação do portal de backoffice os seguintes pressupostos têm de ser considerados durante a execução do projeto.
- a) Autenticação via Active Directory ou conta de utilizador com endereço de email e password (para utilizadores externos). Todo o mecanismo de autenticação assenta em autosserviço;
 - b) Todos os ficheiros devem ser guardados na INCM e no serviço AWS S3;
 - c) Todos os metadados utilizados para estatísticas e pesquisa devem ser guardados em Elasticsearch;
 - d) Todos os serviços de integração devem estar disponíveis em SOAP e REST (em simultâneo) com autenticação via conta de utilizador de serviço. A lógica dos serviços deve estar encapsulada em ações (uma para cada serviço) que os serviços SOAP e REST deverão utilizar, diferindo apenas no formato de entrada e saída dos dados;



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL
T +351 217 810 700
WWW.INCM.PT
CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



- e) O portal deve utilizar responsive web design, estar de acordo com normas de usabilidade e acessibilidade da AMA;
- f) Desenvolvimento em Outsystems 11.28 (ou superior), com deployment em Outsystems Cloud Service, em aplicação Reactive seguindo o Outsystems UI Lifestyle Guide (<https://outsystemsui.outsystems.com/WebStyleGuidePreview/Homepage.aspx>). Em caso de incompatibilidade entre os requisitos de usabilidade da AMA e o Outsystems UI Lifestyle Guide, estes devem ser apresentados em sede de projeto evidenciando o resultado de cada uma das abordagens. A INCM decidirá qual das abordagens a utilizar no portal;
- g) Este procedimento contempla a migração de dados do atual backoffice atual (Base de dados e Elasticsearch) para o novo portal, bem como a migração dos dados do formato atual para um novo formato de dados (caso surja um novo formato de dados durante a execução do projeto devido à implementação de novas funcionalidades não existentes no backoffice atual) sem perda de informação já disponibilizada;
- h) Este procedimento também contempla a adequação do modelo de dados atualmente utilizado no frontoffice (portal público) do Diário da República (já desenvolvido em Outsystems e disponível na mesma infraestrutura) às funcionalidades disponibilizadas pelo novo backoffice, sendo que no final deverá haver apenas um único modelo de dados partilhado pelo backoffice e frontoffice do Diário da República;
- i) Sempre que exista a necessidade de utilizar bibliotecas externas à plataforma Outsystems, devem ser utilizadas bibliotecas em código aberto (Open Source), sem royalties aplicáveis à INCM ou em alternativa suportadas pelo fornecedor;
- j) Deve ser seguido o guia de padrões de código para migração de Outsystems 11 para ODC disponível em https://success.outsystems.com/documentation/11/outsystems_11_to_odc_migration/o11_to_odc_migration_code_patterns/ de modo a garantir a eficiência de uma futura migração do sistema para ODC;
- k) Deve haver um acompanhamento semanal do Outsystems AI Mentor Studio garantindo que a dívida técnica do sistema é reduzida ao mínimo possível.



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T +351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



Cláusula 28.^a

Metodologia

O desenvolvimento dos serviços com o objetivo de implementação do projeto seguirá o plano de desenvolvimento a seguir descrito:

- a) Utilização da metodologia Agile Scrum, neste caso com sprints com a duração aproximada de 2 semanas.
- b) Realizar-se-ão reuniões diárias com o Scrum Master para partilha de informação ao que foi feito no dia anterior, o que será feito durante o dia e possíveis constrangimentos que estão a impedir o desenvolvimento.
- c) No final de cada sprint realiza-se uma reunião de avaliação e feedback, com o Product Owner, para demonstração das funcionalidades desenvolvidas nesse sprint.
- d) De forma a agilizar a gestão de projeto e a comunicação entre todos os intervenientes, irão ser utilizados o Teams e JIRA – onde se gere todo o planeamento e o ciclo de vida da implementação.

Cláusula 29.^a

Calendarização

O desenvolvimento do projeto obedecerá à seguinte calendarização das fases, com início um mês após a data de assinatura do contrato, com as seguintes durações:

- a) Apresentação do plano final de projeto para aprovação pela INCM – 1 (um) mês;
- b) Apresentação do caderno de especificações para aprovação pela INCM – 2 (dois) meses;
- c) Entrada em produção da versão final das funcionalidades de Consolidação e respetivas funcionalidades de suporte – 3 (três) meses;
- d) Entrada em produção da versão final das funcionalidades de Análise Jurídica e respetivas funcionalidades de suporte – 3 (três) meses;
- e) Entrada em produção das restantes funcionalidades do projeto – 3 (três) meses.



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T +351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



Cláusula 30.^a

Garantia técnica

1. O adjudicatário garantirá, sem qualquer encargo para a INCM, os bens fornecidos durante um período de 24 (vinte e quatro) meses, contra quaisquer falhas ou discrepâncias relativas aos requisitos legais e às suas características técnicas, às especificações e aos requisitos definidos no presente caderno de encargos e na proposta adjudicada.
2. O período de garantia constante no número anterior deve ser contado a partir da data de assinatura da declaração de aceitação da última fase do projeto (entrada em produção das restantes funcionalidades do projeto).
3. São excluídos da garantia todos os defeitos que notoriamente sejam resultantes de má utilização, de utilização abusiva ou de negligência da INCM, bem como todos os defeitos resultantes de fraude, ação de terceiros, de caso fortuito ou de força maior.
4. Em caso de anomalia detetada no objeto do fornecimento, o adjudicatário compromete-se a intervir, sem prejuízo do direito ao pagamento dos honorários devidos se a anomalia resultar de facto não imputável ao adjudicatário.
5. No âmbito da garantia técnica, será atribuído pela INCM um grau de criticidade correspondente ao seu impacto na utilização do sistema, considerando-se para o efeito, três níveis que correspondem a determinados tempos de resposta:
 - a. Crítica - quando é impossível a execução completa de um ou mais processos base suportados pela aplicação, não existindo forma identificada de contornar funcionalmente o problema - prazo máximo de resolução de 30 (trinta) minutos;
 - b. Elevada - Erro que bloqueia um processo secundário; ocorrência crítica para a qual está identificada forma de contornar funcionalmente o problema; inoperacionalidade de uma funcionalidade descrita como requisito base - prazo máximo de resolução de 8 (oito) horas;
 - c. Normal - Erro não bloqueante, mas que causa atrasos no trabalho ou retira funcionalidade/operacionalidade à utilização da aplicação - prazo máximo de resolução de 24 (vinte e quatro) horas.

Estes níveis de serviço apenas se aplicam em dias úteis e feriados municipais no período compreendido entre as 8:00 (oito horas) e as 23:59 (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos).

Cláusula 31.^a

Aceitação dos serviços

1. Após a entrega de cada fase do projeto para testes, a INCM efetuará testes de funcionamento durante um período aproximado de 2 semanas, findo o qual a mesma comunicará ao adjudicatário eventuais defeitos/anomalias ou erros detetados para corrigir.
2. O adjudicatário compromete-se a corrigir qualquer defeito/anomalia ou erro no prazo de 4 dias úteis, após a comunicação da INCM para corrigir, nos termos do número anterior.
3. A partir da aceitação final expressa da implementação objeto do contrato, entrará em vigor a garantia nos termos do presente caderno de encargos.
4. No momento da receção dos entregáveis relativos a cada fase, e no prazo de 5 dias úteis, a INCM emitirá expressamente o seu parecer sobre a aceitação.

Cláusula 32.^a

Manutenção evolutiva

1. A manutenção evolutiva é identificada pela existência de um RFC (Request For Change) de desenvolvimento que deverá contemplar as seguintes tarefas: (1) Aprovação; (2) Análise; (3) Desenho; (4) Desenvolvimento; (5) Testes; (6) Passagem a produção; e (7) Atualização da documentação aplicacional.
2. A manutenção evolutiva é prestada com recurso à bolsa de 540 horas, após a entrada em produção da última fase do projeto (entrada em produção das restantes funcionalidades do projeto).
3. A execução dos serviços de manutenção evolutiva pode ser prestada por qualquer um dos perfis contratados, de acordo com o que for solicitado em sede de execução de contrato pela INCM e será estimado o esforço necessário para o seu desenvolvimento e implementação, esforço esse que deverá ser aprovado pela INCM e consumida a respetiva bolsa de horas.

Cláusula 33.^a

Requisitos mínimos da equipa do adjudicatário

1. Para a execução dos serviços objeto do contrato tem de ser apresentado o modelo de *Governance* do âmbito deste procedimento.



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL
T +351 217 810 700
WWW.INCM.PT
CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



2. Constitui requisito mínimo a alocação de 10% de um Gestor de Projeto Sénior (Coordenador) com experiência superior a 4 anos, que coordenará os trabalhos a desenvolver pela equipa e que será o principal interlocutor com a estrutura de coordenação a designar pela INCM, o qual tem de reunir os seguintes requisitos mínimos obrigatórios:
 - i. Pós-graduação nas áreas de Engenharia, Gestão, Tecnologias de Informação ou equivalente;
 - ii. Experiência comprovada em gestão de pelo menos 2 projetos utilizando a tecnologia Outsystems Reactive idênticos aos previstos no âmbito do presente procedimento;
 - iii. Experiência em pelo menos dois projetos em entidades da função pública;
 - iv. Certificação *AWS Certified Cloud Practitioner* da *Amazon Web Services*;
 - v. Certificação *Project Management Professional (PMP)* do *Project Management Institute (PMI)*;
 - vi. Certificação *ITIL Foundation Level* da *EXIN* ou *Axelos*;
 - vii. Formação certificada em “COBIT® IT Governance Framework”;
 - viii. Formação certificada em metodologia de desenvolvimento Scrum.
3. As horas correspondentes à alocação de 10% do Gestor de Projeto Sénior não estão incluídas na bolsa de horas para os serviços de manutenção evolutiva.
4. A equipa proposta tem de integrar obrigatoriamente os seguintes perfis:
 - i. 1 perfil de Arquiteto Aplicacional Outsystems que analisa os requisitos, propõem e desenham a arquitetura a Solução. Pode acumular esta função enquanto Gestor de Projeto Sénior. Tem de ter experiência superior a 3 anos e reunir os seguintes requisitos mínimos obrigatórios:
 - a) Experiência em análise e arquitetura Outsystems superior a 2 anos, com participação, desempenhando funções similares, em pelo menos 5 projetos;
 - b) Experiência comprovada na análise e arquitetura de pelo menos um projeto utilizando Outsystems Reactive, com Elasticsearch como motor de pesquisa e mais de 10 milhões de registos;
 - c) Experiência comprovada em pelo menos um projeto com atividades de automatização de testes;
 - d) Formação na automatização de testes através da ferramenta “Atos TestPath”;

- e) Experiência em pelo menos dois projetos em entidades da função pública;
 - f) Certificação Outsystems “Architecture Specialist”;
 - g) Certificação Outsystems “Associate Reactive Developer”;
 - h) Certificação Outsystems “Associate Developer (ODC)”;
 - i) Certificação Outsystems “Associate Tech Lead”.
- ii. 1 perfil de Analista Programador Sénior Outsystems. Requisitos mínimos obrigatórios:
- a) Experiência comprovada no apoio ao desenvolvimento de pelo menos 1 projeto utilizando Outsystems Reactive, com Elasticsearch como motor de pesquisa e mais de 10 milhões de registos;
 - b) Experiência mínima de 3 anos em funções similares com participação, desempenhando funções similares, em pelo menos 3 projetos.
 - c) Experiência, em pelo menos um projeto, na implementação de soluções SEO para prerender com integração do serviço “prerender.io” em AWS Cloudfront para aplicações Outsystems Reactive;
 - d) Certificação Outsystems “Associate Reactive Developer”;
 - e) Certificação Outsystems “Associate Traditional Web Developer”;
 - f) Certificação Outsystems “Mobile Developer Specialist”;
 - g) Certificação Outsystems “Architecture Specialist”;
 - h) Formação certificada em metodologia de desenvolvimento Scrum.
- iii. 1 perfil de Analista Programador Outsystems. Requisitos mínimos obrigatórios:
- a) Experiência em pelo menos um projeto em entidades da função pública;
 - b) Experiência mínima de 2 anos com participação, desempenhando funções similares, em pelo menos dois projetos;
 - c) Certificação Outsystems “Associate Reactive Developer”;
 - d) Certificação Outsystems “Architecture Specialist”;
 - e) Formação certificada em metodologia de desenvolvimento Scrum
- iv. 2 perfis de Analista Programador Júnior Outsystems. Requisitos mínimos obrigatórios:
- a) Experiência em pelo menos um projeto em entidades da função pública;

- b) Experiência mínima de 1 ano com participação, desempenhando funções similares, em pelo menos dois projetos;
 - c) Certificação Outsystems “Associate Developer (ODC)”.
 - v. 1 perfil de Consultor QA. Requisitos mínimos obrigatórios:
 - a) Experiência em pelo menos um projeto em entidades da função pública;
 - b) Experiência comprovada em definição de casos de teste e sua execução de pelo menos 2 anos e 3 projetos;
 - c) Experiência comprovada em pelo menos um projeto com atividades de automatização de testes;
 - d) Formação na automatização de testes através da ferramenta “Atos TestPath”;
 - e) Formação certificada em metodologia de desenvolvimento Scrum;
 - f) Certificação “Tester Foundation Level (CTFL) v4.0”.
 - vi. 2 perfis de *Designer UX/UI*, que têm de reunir os seguintes requisitos mínimos obrigatórios:
 - a) Experiência comprovada no desenvolvimento de pelo menos 5 projetos com componente de desenvolvimento de interfaces gráficas desempenhando as funções de Designer UX/UI;
 - b) Experiência mínima de 7 anos em funções similares.
- 5. Os recursos humanos do adjudicatário enquadram-se na estrutura da INCM, podendo vir a integrar na equipa os perfis em falta para garantir o sucesso do projeto, nomeadamente arquitetos de sistemas e analista funcional, pertencentes à estrutura da INCM.
- 6. Após a adjudicação, o adjudicatário deverá identificar todos os colaboradores que irão integrar a sua equipa de trabalho enviando os respetivos curricula e demais documentos de habilitação que se revelem necessários pela entidade adjudicante nos termos do artigo 81.º do CCP.
- 7. Entre a data de identificação dos elementos da equipa referida no número anterior e o termo da execução contratual, os elementos que integrarem a equipa proposta pelo adjudicatário só poderão ser substituídos com o expresse e prévio consentimento da entidade adjudicante, após verificação de que essa substituição proporciona um nível de qualidade equivalente.



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL
T +351 217 810 700
WWW.INCM.PT
CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



8. Na impossibilidade de manter algum dos elementos da equipa, a entidade adjudicatária informará a INCM desse facto, invocando o motivo e informando sobre a solução adotada, observando o disposto no número seguinte, sujeita à aprovação expressa da INCM.
9. Os novos elementos da equipa técnica, em caso de substituição, têm de reunir os requisitos mínimos respeitantes às competências e qualificações exigidos no presente artigo.
10. A entidade adjudicatária obriga-se a substituir qualquer dos elementos alocados à prestação de serviços que seja considerado prejudicial à boa prestação dos serviços, designadamente quando infrinja padrões de celeridade, zelo ou qualidade dos serviços prestados, no prazo de 8 dias úteis, após a receção de pedido fundamentado por escrito da INCM.

Cláusula 34.^a

Reporte de incidências

1. O adjudicatário colocará à disposição da INCM uma ferramenta para reporte e acompanhamento de incidências, disponível online, via telefone e via ferramentas colaborativas (Microsoft Teams).
2. O adjudicatário elaborará um relatório de acompanhamento indicando o estado de funcionamento do sistema e propondo as ações corretivas adequadas.

Cláusula 35.^a

Acessibilidade e usabilidade

No âmbito dos trabalhos a desenvolver, durante a execução do contrato, o cocontratante obriga-se a garantir que os entregáveis, objeto deste procedimento cumprem as obrigações legais, os requisitos e as melhores práticas no que se refere às áreas da Acessibilidade, Usabilidade e Experiência de Utilização dos sítios Web e das aplicações móveis, nomeadamente os seguintes fatores essenciais:

- a) Cumprimento do Decreto-Lei n.º 83/2018, de 19 de outubro, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva (UE) 2016/2102, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 02 de dezembro de 2016, relativa à Acessibilidade dos sítios Web e das aplicações móveis dos organismos do setor público, nomeadamente o nível de conformidade “AA” das WCAG 2.1 do W3C, que equivale à norma europeia EN 301 549 harmonizada;



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL
T +351 217 810 700
WWW.INCM.PT
CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



- b) Elaboração da Declaração de Acessibilidade e Usabilidade prevista nos Artigos 8.º e n.º 5 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 83/2018, bem como as respetivas evidências, nos termos estipulados no referido diploma legal e nos sítios Web <https://selo.usabilidade.gov.pt/index.html> e <http://www.acessibilidade.gov.pt>;
- c) Cumprimento do Regulamento Nacional de Interoperabilidade Digital (RNID), estabelecido nos termos do artigo 5.º da Lei n.º 36/2011, de 21 de junho, e aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2012, de 08 de novembro, alterado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2018, de 5 de janeiro, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 83/2018, nomeadamente quanto à alteração da Tabela III “Tecnologias de interface Web, incluindo acessibilidade, ergonomia, compatibilidade e integração de serviços”;
- d) Cumprimento dos requisitos do Selo de Usabilidade e Acessibilidade e respetiva aposição, de acordo os parâmetros definidos no sítio Web <https://selo.usabilidade.gov.pt/>, devendo garantir, em conjunto com a Declaração de Acessibilidade e Usabilidade, o nível mínimo de Bronze;
- e) Cumprimento das melhores práticas de Acessibilidade, Usabilidade e Experiência de Utilização coligadas nos sítios Web <http://www.acessibilidade.gov.pt/>, <https://usabilidade.gov.pt/menu-interior> e <https://selo.usabilidade.gov.pt/bronze.html>.

Cláusula 36.^a

Princípios de governo digital

No âmbito dos trabalhos a desenvolver, durante a execução do contrato, o cocontratante obriga-se a garantir que os entregáveis objeto deste procedimento atendem aos princípios de governo digital constantes do modelo comum de desenho e desenvolvimento de serviços digitais, publicados em tic.gov.pt, e atendem aos regulamentos e normas europeus ou nacionais em vigor, incluindo aqueles definidos ou aprovados pelo Conselho para as Tecnologias de Informação e Comunicação na Administração Pública (CTIC), publicados em tic.gov.pt, nomeadamente:

- a) Integração com o serviço autenticacao.gov.pt para a autenticação segura de utilizadores e seus atributos;
- b) Reutilização de dados disponíveis por outros serviços ou entidades através da interoperabilidade na AP (iAP) implementando o princípio once-only;



IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T +351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



- c) Publicação dos metadados dos dados registados no contexto da realização do serviço no catálogo de dados associado à iAP e sua disponibilização a outros serviços através da iAP;
- d) Publicação dos serviços disponíveis e seus metadados no Catálogo de Entidades e Serviços;
- e) Integração no portal nacional de serviços públicos ePortugal.gov.pt;
- f) Disponibilização dos serviços e conteúdos pelo menos nos idiomas português e inglês;
- g) Adoção de linguagem clara conforme os guias de boas práticas;
- h) Conformidade com as melhores práticas no que respeita a usabilidade e acessibilidade a um nível equivalente ou superior ao exigido pelo «selo de prata de usabilidade e acessibilidade digital»;
- i) Disponibilização de funcionalidade de avaliação da satisfação com os serviços de acordo com o referencial de avaliação transversal à AP;
- j) Filiação e integração de linhas e canais de apoio à realização dos serviços na linha iCidadão;
- k) Disponibilização de dados estatísticos relativos ao atendimento, incluindo volumes, tempos de espera e satisfação para efeitos de priorização de iniciativas estratégicas de melhoria da qualidade dos serviços;
- l) Disponibilização de serviços para gestão centralizada de agendamento e filas de espera;
- m) Publicação automática, preferencialmente a tempo real, dos dados abertos associados ao serviço;
- n) Reutilização dos serviços transversais à AP, nomeadamente:
 - a. GAP – gateway de mensagens da AP;
 - b. PPAP – Plataforma de pagamentos da AP;
 - c. SPNE – Serviço Público de Notificações Eletrónicas;
 - d. LAE – Livro Amarelo Eletrónico;
 - e. Plataforma de Gestão de Relacionamento da AP;
- o) Utilização do framework de adoção de modelos de computação na nuvem (cloud) nos processos de definição de arquitetura das soluções, em conformidade com a Estratégia Cloud para a AP em Portugal, disponível em tic.gov.pt;
- p) Conformidade com as políticas transversais de privacidade de dados da AP;
- q) Conformidade com o Quadro Nacional de Referência para a Cibersegurança;



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T +351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



- r) Conformidade com as orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de «não prejudicar significativamente» os objetivos ambientais ao abrigo do regulamento que cria um Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR);
- s) Conformidade com a autoavaliação da segurança, ao abrigo da alínea g) do n.º 4 do artigo 18.º do Regulamento (UE) 2021/241, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de fevereiro de 2021, que cria o MRR.

Anexos ao Caderno de Encargos

Fazem parte integrante do presente caderno de encargos e, para os devidos efeitos, os seguintes documentos:

- a) **Anexo I** - Acordo de Subcontratação;
- b) **Anexo II** - Regras das Boas Práticas de Ambiente, Segurança e Higiene no Trabalho;
- c) **Anexo III** - Regulamento de SST para Prestadores de Serviços;
- d) **Anexo IV** - Requisitos_Segurança_Informação para Fornecedores

Imprensa Nacional – Casa da Moeda, S.A.

Pela Administração,